

OS NOVOS MODELOS DE VESTIBULAR: preocupações metodológicas

HERALDO MARELIM VIANNA¹

Falar após o pronunciamento de todos os participantes tem suas vantagens e desvantagens. A vantagem está em poder argumentar com os dados que foram fornecidos pelos expositores; a desvantagem resulta em ser obrigado a discutir algumas idéias expostas com brilho pelos que me antecederam. Assim, inicialmente, quero declarar que considero o vestibular um exame de massa que precisa adotar técnicas adequadas para a sua concretização efetiva.

A partir deste pressuposto, coloco-me frontalmente contra o exame em duas fases usado pela FUVEST, porque o mesmo foi estruturado com base em uma contradição. Havia na comunidade acadêmica uma certa reação contra as provas objetivas; no entanto, essas mesmas provas, apesar de condenadas, passaram a ser a peça fundamental no exame de seleção para a USP e para outras instituições associadas ao exame da FUVEST. Há uma contradição em tudo isso. O exame de acesso apóia-se em uma única prova objetiva – o chamado *provão* – e carece de duas características básicas a todo e qualquer instrumento de medida: validade e fidedignidade, sem as quais todo o processo decisório resulta falho.

O Prof^o Flávio Wagner Rodrigues, inicialmente, afirmou que a prova objetiva da FUVEST compunha-se de 90 e poucas questões, sofrendo, posteriormente, diversas modificações até chegar às atuais 72 questões. Além do mais, de um outro professor, defensor do sistema, ouvi estarrecido que a diminuição do número de questões da prova visaria a aumentar a validade do

1 Pesquisador Sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

exame. Pareceu-me que este último professor simplesmente ignorou que a diminuição do número de questões afeta a validade de conteúdo (validade curricular) do instrumento. E esse é um problema sério em relação à prova da FUVEST. Há um número muito reduzido de questões sobre cada uma das áreas curriculares: Química, Física, Biologia, etc. Por outro lado, essa situação gera um comprometimento da validade preditiva do teste, qualidade fundamental de uma prova usada para fins de seleção. Aliás, não existem estudos de validade preditiva das provas do vestibular. Ou melhor, são extremamente raros os estudos de validade preditiva, salvo os realizados por Carmen Barroso, da USP, atualmente em Chicago, na década de 70,^{2,3} e o que foi feito por mim, em meados dos anos 80⁴. Emprega-se, desse modo, um instrumento de seleção em uma população de mais de 100.000 candidatos, que se habilitam a aproximadamente 9.000 vagas, sem que se conheça a sua validade preditiva e tendo a sua validade de conteúdo bastante comprometida. Será que estamos selecionando, por intermédio deste instrumento, os melhores candidatos, os mais capazes e com maiores potencialidades?

A questão do grau de fidedignidade (precisão) dos resultados também precisa ser considerada. Usando esse tipo de instrumento – o *provão* – reiteradas vezes, será que selecionaremos os mesmos alunos, admitindo-se que não sofram modificações ao longo do tempo? Alguém já me disse que os resultados da FUVEST são altamente precisos, apresentando coeficientes superiores a 0,80, o que não seria de estranhar, tendo em vista a variância dos candidatos, que possuem uma grande diversidade de talento. Os coeficientes obtidos, no caso, são inflacionados, pois a fidedignidade é estimada com base no conjunto total dos itens da prova, quando deveria ser calculada a partir dos escores em cada uma das partes do instrumento, e, nesse caso, seria baixa, face ao número reduzido de questões dos sub-testes.

Todos esses aspectos me perturbam bastante, pois estou há 25 anos na Fundação Carlos Chagas e durante 16 anos participei de vestibulares, planejando e elaborando provas, ao mesmo tempo que fazia estudos e procurava pesquisar tópicos ligados ao acesso ao ensino superior. Acho, assim, o exame em duas fases sem sentido, além de contraditório na sua filosofia. Gostaria, desse modo, que o Prof^o Flávio W. Rodrigues discutisse este exame, que, liminarmente, consegue eliminar de 70 a 80% dos candidatos à USP.

2 BARROSO, C. L. de M. Estudos de predição do comportamento acadêmico (1). Faculdade de Medicina – *Cadernos de Pesquisa*, nº 5, pp. 55-76, 1972 – Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

3 BARROSO, C. L. de M. *et al.* – Estudos de predição do comportamento Acadêmico (1); Faculdade de Medicina Veterinária da USP. *Cadernos de Pesquisa*, nº 5, pp. 37-53, 1972 – Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

4 VIANNA, H. – Acesso à Universidade: um estudo de validade. *Educação e Seleção*, jan-jun, 1987, nº 15, pp. 83-145, Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

As questões objetivas nos vestibulares também merecem ser criticadas. Ninguém se improvisa construtor de um simples metro, instrumento para medida de coisas tangíveis; entretanto, muitas vezes, há improvisação na construção de todo um instrumental que mede coisas não tangíveis, como conhecimento e capacidades. Ainda que a tecnologia da construção de questões objetivas se tenha aprimorado, com o passar dos anos, a primeira imagem que se formou como provas deficientes foi aceita como uma verdade indiscutível por pessoas de expressão nas universidades, que, assim, passaram a condenar as provas objetivas na mensuração dos candidatos ao ensino de 3º grau.

Sérgio Costa Ribeiro foi bastante claro ao discutir o problema, mostrando que uma prova bem elaborada, com um número razoavelmente grande de itens, é capaz de identificar os indivíduos mais talentosos. O combate ao uso de questões objetivas de múltipla escolha centra-se, sobretudo, na possibilidade de acerto casual. É evidente que o acerto casual existe, mas em um exame de massa, como o vestibular, as possibilidades de sucessos dos menos capazes são mínimas, como demonstrou o Dr. Walter Leser, quando as provas são bem construídas. Os alunos mais capazes não "chutam" ou "chutam" pouco, mas apenas no caso das questões extremamente difíceis. É impossível eliminar a tentativa de acerto casual, porque existe uma propensão ao risco, que é maior entre os mais deficientes, justamente aqueles que não entram na universidade ou conseguem admissão em cursos menos expressivos, considerando a hierarquia social das carreiras, conforme já o fizeram Sérgio Costa Ribeiro e Ruben Klein.⁵

Vejo com uma certa preocupação o surgimento de novos modelos de vestibular, que são variações do utilizado pela USP. Fala-se, atualmente, no Rio de Janeiro, no Projeto SAPIENS, que, salvo melhor juízo, é uma temeridade, sob todos os pontos de vista. O jovem, no lugar de um vestibular, faz seis vestibulares ao longo do 2º grau, ou seja, um por semestre. Os autores desse Projeto ainda não atentaram para as implicações psicométricas desse tipo de exame de acesso à Universidade. Preocupam-me, também, os chamados testes de aptidão, usados no momento atual com alta frequência, geralmente a partir de improvisações, porque não se investiu nessa área. Vejo que os novos modelos violentam a idéia de um vestibular único, baseado em um sistema bem arquitetado de opções. Vive-se, portanto, uma volta ao passado, à década de 60, quando os alunos faziam vários vestibulares, às vezes 4 ou mais exames de seleção à universidade.

As palavras da prof^{ma} Maria Thereza Fraga Rocco merecem toda a minha simpatia e já tive oportunidade de discutir com a prezada amiga vários assuntos

5 COSTA RIBEIRO, S. e KLEIN, R. A divisão interna da Universidade: - posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, jan-jun, 1982, nº 5, pp. 29-43, Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

que, depois, foram objeto de pesquisa em sua tese de doutoramento: *Crise na Linguagem – a redação no vestibular*, trabalho primoroso que deve ser lido por todos que se dedicam às medidas educacionais. Não me oponho às suas idéias, mas devo discordar de algumas de suas afirmações, especialmente quando diz que o teste não "leva" à capacidade de expressão escrita. O teste é um instrumento de verificação de aprendizagem, sendo possível por intermédio de prova objetiva medir a capacidade do aluno expressar suas idéias com lógica e correção.

Quando a USP pensou em fazer uma prova de redação, a Fundação Carlos Chagas simulou uma situação semelhante para analisar o problema. Foi elaborada uma prova objetiva para medir a capacidade de expressão escrita e, simultaneamente, aplicada uma redação. Identificaram-se vinte pontos que deveriam ser objeto de análise e quatro correções independentes de cada redação foram feitas. Os trabalhos duraram três meses. Estudos de correlação foram realizados, assim como se procedeu à análise da fidedignidade dos resultados. Uma fidedignidade mínima exigia três correções independentes. A correlação entre os resultados da prova objetiva e os da redação foi superior a 0,70.⁶

Outro trabalho foi realizado com os candidatos à USP que fizeram o vestibular no antigo CECSEM, órgão que deu origem à Fundação Carlos Chagas. Os alunos, ao final, foram classificados *com* e *sem* a prova de redação, correlacionando-se os resultados. As correlações, nas carreiras de alto prestígio social, foram superiores a 0,90. As correlações nos cursos de menor ressonância social, como a licenciatura de Biologia, apresentaram-se menores, mas demonstraram que a redação teria uma influência mínima na classificação final dos resultados.

A professora Maria Thereza Fraga Rocco destacou a importância da correção e a possibilidade de uma correção objetiva. Uma experiência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a minha participação, mostrou a impossibilidade de uma "correção objetiva" no contexto do vestibular. Professores da Universidade e do ensino médio foram selecionados para que definissem o critério da correção. Após uma semana de discussão, foi definido o critério e sua aplicação ocorreu imediatamente. A colaboração do Centro de Computação da UFRGS possibilitou fazer uma análise do desempenho de 40 professores na correção de redações, em uma situação semelhante à do vestibular. Foi usado um procedimento de análise de variância "one-way",

6 VIANNA, H.M. Medida da expressão escrita e prova objetiva: um estudo preliminar de validade. *Cadernos de Pesquisa*, nº 38, pp. 26-44, 1981, Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

constatando-se, ao final, que tínhamos 40 critérios diferentes, tendo em vista a discussão dos resultados.^{7,8}

O problema da correção de redações, no contexto do vestibular, quero destacar, é extremamente complexo, conforme foi possível verificar aqui mesmo na USP, quando participei da correção de redações da Fundação Carlos Chagas, em meados da década de 70. O estudo posterior dos resultados da correção diária de 80 redações por professor mostrou a interferência de diferentes variáveis: as professoras são melhores corretoras que os homens, os professores de 2º grau apresentam resultados mais consistentes, os professores da Universidade costumam penalizar com maior rigor, a formação acadêmica também influencia (os da área de lingüística são mais exigentes), o desempenho dos professores varia ao longo do dia e com o passar dos dias durante a semana, entre outras variáveis intervenientes no processo. A situação é bem diferente da que ocorre em sala de aula, no dia-a-dia. No vestibular, exame de massa com a finalidade de distribuir vagas, é preciso que haja condições de isonomia, para que cada candidato seja avaliado adequadamente, sem prejuízo.

Criamos mitos e depois passamos a acreditar nesses mitos. O mito é que a redação no vestibular terá influência na escola de 2º grau. Ledo engano, pois as boas escolas já cuidam do problema da expressão escrita. O problema está concentrado nas escolas oficiais, que nem sempre possuem condições para um ensino eficiente, como ocorre em algumas poucas escolas privadas. Ao longo dos anos, com a colaboração das professoras Flávia de Barros Carone e Ada Natal Rodrigues, ambas da USP, e também com a colaboração de professores da UNICAMP, foram feitas pesquisas sobre as redações de candidatos ao 3º grau. Notou-se que os moços sabem redigir parágrafos, mas não fazem redações. A influência não foi tão grande quanto se esperava no 2º grau. Houve influência nos "cursinhos", sendo que alguns deles desenvolveram excelente material didático para o ensino da expressão escrita, ao qual os jovens da escola pública dificilmente têm acesso.⁹

Ainda com relação à possível influência do vestibular sobre o 2º grau, é bom lembrar a pesquisa de Francisco José da Silveira Lobo Neto e outros¹⁰, no Rio de Janeiro, que positivou a influência praticamente nula do vestibular sobre

7 VIANNA, H. M. Aplicação de critérios de correção a provas de redação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 26, pp. 29-34, 1978, Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

8 VIANNA, H. M. Flutuações de julgamento em provas de redação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 19, pp.5-9, 1976. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

9 Ver números especiais dos *Cadernos de Pesquisa*, nº 19, 1976, e nº 23, 1977. Fundação Carlos Chagas.

10 LOBO Neto, F. J. da S. *et al* - A Escola de 2º grau no Estado do Rio de Janeiro (ou quando a maioria não conta para a construção da cidade). *Educação e Seleção*, jan-jun, 1986, nº 16, pp. 79-125. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

o currículo da escola de 2º Grau. A Fundação Carlos Chagas procurou utilizar o vestibular para difundir currículos modernos em Matemática (MSG), Física (PSSC), Química (CBA; CHEM Study) e Biologia (BSSC – versões azul e verde), mas essa influência foi bastante limitada, quase sempre via cursinho. O mesmo ocorreu com os exames práticos em Física, Química e Biologia, que com o tempo se tornaram inviáveis. Quando foram eliminados, os professores de cursinho foram dispensados, o que demonstra a sua pouca ou nenhuma influência no 2º grau.

A Profª Maria Thereza Rocco acredita que a redação está melhorando a qualidade do aluno admitido no ensino superior. É possível, porque o processo de seleção para Universidade está se tornando altamente elitizante. Magda Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais, em artigo sobre a redação no vestibular, na revista *Cadernos de Pesquisa* (1978), mostra a relação entre capacidade de expressão escrita e nível sócio-econômico.¹¹ Os estudantes candidatos às escolas médicas e às engenharias, indiscutivelmente, escrevem bem e às vezes apresentam trabalhos bastante superiores aos oferecidos por candidatos às licenciaturas. O problema é explicável, conforme Sérgio Costa Ribeiro. Acredito que muitas injustiças estejam sendo cometidas no vestibular, em nome de uma falsa elitização. O vestibular precisa ser repensado e estou certo de que o Prof. Walter Leser poderá dar uma grande contribuição para o devido encaminhamento desse problema.

O exame vestibular em duas fases é repetitivo, pois o aluno selecionado, ao final, teria sido selecionado na 1ª fase. Waldemar Setzer, com a sua longa experiência, tocou em importante assunto: – o sistema de opções, que foi praticamente abandonado pela USP, ou substituído por um sistema incompreensível de opção bloqueada.

Quero deixar bem claro, nessa parte final das discussões, que não sou favorável a que se elimine a redação do vestibular. Ao contrário, acho que deva ser mantida, mas não como prova isolada e sim como uma questão da prova de Português, sem, entretanto, o caráter eliminatório que possui hoje em dia. A sua inclusão na prova, na forma proposta, eliminaria a influência da equação pessoal do avaliador.

A questão do sorteio no vestibular foi levantada durante as discussões. Sou contra, pois as coisas não podem ser colocadas em termos simplistas. O sorteio exigiria que os candidatos tivessem demonstrado um mínimo de aptidão para estudos superiores; ou seja, que em testes de aptidão numérica e verbal, por exemplo, se situassem acima de um desvio padrão da média, digamos. Falta-nos, entretanto, experiência nessa área, que exige grande "expertise" a fim de que instrumentos sofisticados, do tipo *Scholastic Aptitude Test* (SAT), sejam construídos, aplicados e corretamente interpretados nos seus resultados.

11 SOARES, M.B. A redação no vestibular. *Cadernos de Pesquisa*, nº 24, pp. 53-56, 1978. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.